



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 024

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE ABRIL DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pela senhora deputada Elza Correia e pelo senhor deputado Barbosa Neto.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 09/2003

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda:

O deputado Luiz Carlos Martins, que a presente subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1º - A isenção de Custos de Publicações legais junto à Imprensa Oficial do Estado, das Entidades, Associações, Agremiações e outras instituições que tenham caráter social, filantrópico e de Utilidade Pública.

2º - Os beneficiados pela presente indicação, deverão ser declarados de Utilidade Pública Estadual.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem por objetivo facilitar a vida das Entidades com caráter filantrópico, que, com poucos recursos, mantêm um trabalho social importantíssimo para o Estado e para a população em geral. As publicações legais fazem parte de sua necessidade de funcionamento, como prova de sua eficiência e seriedade. Nada mais justo isentá-la deste ônus, dando uma contribuição para seus haveres, destinando tais recursos para obras sociais.

Assim sendo, por julgar justa e meritória tal indicação, contamos com o apoio dos demais pares desta Casa de Lei para a sua aprovação.

INDICAÇÃO Nº 10/2003

Exmo. Sr. Governador:

1 - Estudos variados indicam que a atividade econômica que mais cresce no mundo é aquela relacionada ao turismo, gerando emprego e renda em progressão geométrica, especialmente o chamado turismo natural ou ecoturismo. Sendo praticado de maneira racional, duradoura e planejada é capaz de melhorar a qualidade de vida de uma grande parcela da população.

No trabalho "Progresso a partir do Turismo", pág. 10, textualmente encontramos: "é uma forma de empreendimento econômico que:

- acontece em espaço natural visando a regeneração e produtividade de recursos ambientais renováveis;

- reconhece a contribuição das pessoas e comunidades, dos costumes e diferentes maneiras de viver à experiência turística;

- enfatiza a noção de que a população deve receber uma parcela justa dos benefícios econômicos advindos de suas atividades;

- afirma que o desenvolvimento turístico deve ser pautado segundo a vontade dos visitantes e das comunidades das áreas ocupadas.

2 - A conscientização da sociedade quanto às questões ambientais tem gerado crescente demanda por atividade de lazer e recreação em áreas naturais. Mas, a oferta de produtos ecoturísticos depende essencialmente da existência de área de significativo valor ecológico e cultural; da maneira como estas áreas são geridas; da existência de infra-estruturas adequadas e disponibilidade de recursos humanos capacitados. E isto só pode ser atingido através do planejamento amplo, integrado e participativo que considere:

- o respeito às culturais nativas;

- o uso sustentável dos recursos;

- a proteção da biodiversidade;
- a integração do turismo nos planos e projetos comunitários com a participação da população residente;
- o apoio às economias locais;
- consulta a todos interessados;
- a capacitação de recursos humanos;
- as pesquisas de mercado;
- as estratégias e mecanismos mercadológicos, e;
- o estudo prévio para minimização dos impactos ambientais e sociocultural.

3 - É inegável que a costa oeste paranaense preenche os requisitos necessário para uma ação efetiva de desenvolvimento do turismo natural. São inúmeras atrações que, se bem trabalhadas, dotadas da infra-estrutura necessária, materializarão todos enunciados dos estudos já realizados e pendentes nas escrivatinhas dos técnicos e políticos, para que se consiga colocar em prática políticas concretas que tornem real as idéias de desenvolvimento do setor turístico.

4 - Assim, como primeiro passo, sugerimos a criação de um programa na LDO, instituindo uma região turística oficial, envolvendo os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Céu Azul, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Itaipulândia, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Diamante do Oeste, Vera Cruz do Oeste, São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa e Guaíra - programa esse que poderá ser denominado "Caminho das Cataratas", que ao nosso ver, poderá gerar a mobilização necessária para o desenvolvimento planejado do turismo nos municípios participantes da costa oeste, estipulando todos projetos e recursos necessários, prazos e objetivos, sem que se burocratize as ações ou crie-se estruturas pesadas e onerosas que impeçam a sinergia requerida para o sucesso dos planos ajustados.

5 - Com a iniciativa ora proposta, inúmeras atividades ocupacionais e de renda seriam criadas no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, valorizando sobremaneira todos investimentos que se fizerem nos municípios litorâneos ao lago de Itaipu, hoje conhecida como costa oeste, justificando inclusive a realização de uma rodovia específica para dar fluxo ao turismo incremental.

6 - Necessário se faz esclarecer que em legislaturas passadas, outros parlamentares apresentaram alguns projetos de lei criando regiões turísticas, sem obter qualquer resultado prático pela iniciativa, motivo pelo qual opta-se por uma indicação.

7 - Pelo exposto, na forma regimental - artigo 128 (com a redação da Resolução 003/2003, o deputado abaixo assinado, interpõe a presente Indicação, protestando pelos seus trâmites normais.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

INDICAÇÃO Nº 11/2003

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública:

O deputado Durval Amaral, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Atendendo Ofício nº 852/2003, do Vereador Carlos Alberto Bordin, 1º secretário da Câmara Municipal de Londrina, solicitamos providências para a proteção incondicional da jornalista Cristina Mattos e sua família, em decorrência das ameaças recebidas recentemente. A jornalista Cristina Mattos tem atuado, de forma contundente, na defesa dos direitos da nossa cidadania.

II - A iniciativa da solicitação aprovada pela Câmara Municipal de Londrina foi dos vereadores Maurício de Souza Barros, Félix Ribeiro, Orlando Bonilha e Tercílio Turini e da vereadora Márcia Lopes.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 764

Senhor Presidente:

Observando o disposto no artigo 132, inciso XII do parágrafo segundo do Regimento Interno, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a concessão de Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 53/2003, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Bom Samaritano, com sede e foro no município de Maringá.

Cabe salientar que a matéria se encontra na Comissão de Constituição e Justiça desde 21 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 725

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 428/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar um posto do Corpo de Bombeiros com sede no município de Tibagi, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 728

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 296/2002, que dispõe sobre a adoção de cota de 80% das vagas dos cursos das Universidades Públicas do Estado do Paraná, para alunos residentes no Estado.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 727

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 147/2001, que altera a redação da Lei Estadual nº 10.331 de 09 de junho de 1993 (funcionários).

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 726

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 430/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento para exploração de atividades comerciais junto aos pontos turísticos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 730

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 469/2002, que altera a Lei 11.713 de 07 de maio de 1997, que dispõe sobre as carreiras do pessoal docente e técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 729

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 468/2002, que institui a gratificação de incentivo à titulação aos servidores integrantes da carreira do pessoal técnico-administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 751

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 218/2003, tendo em vista a existência de uma proposição idêntica, Projeto de Lei nº 213/2003, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça ainda sem parecer.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 750

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Assembléia Legislativa, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 217/2003, tendo em vista a existência de uma proposição idêntica, Projeto de Lei nº 214/2003, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça ainda sem parecer.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 749

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, na condição de presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, com fundamento no artigo 53 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER à Mesa a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no dia 14 de maio de 2003, a partir das 09h00, a realizar-se no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná.

A presente audiência terá por objeto o debate das seguintes questões que envolvem o sistema de ensino do Estado do Paraná:

- Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Trabalhadores da Educação do Estado do Paraná;

- eleição de diretores das escolas estaduais do Paraná;

- aplicação dos recursos do Fundef;

- reposição salarial dos profissionais de educação.

Para prestar informações e manifestar os diferentes entendimentos, estarão presentes as seguintes autoridades, além de todos os interessados:

- José Rodrigues Lemos - presidente da APP-Sindicato;

- Maurício Requião, secretário de Estado da Educação;

- conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná responsável pela Educação, Rafael Iatauro;

- representante do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na audiência, o representante dos professores apresentará as preocupações e demandas, cabendo às autoridades prestarem seus esclarecimentos e proporem soluções.

Dos debates e proposições será sistematizada uma proposta a ser encaminhada pela Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes.

Aprovado esse requerimento serão tomadas as providências para convidar as mencionadas autoridades e organizar espaço físico, bem como ordem do dia.

O objetivo da presente audiência é ouvir os diferentes setores da Administração Pública e envolvidos com as questões relativas à educação.

Dessa audiência surgirão subsídios e solicitações para que a Assembléia Legislativa do Paraná adote proce-

dimentos que contribuam na melhoria de educação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 732

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Ananias Vital, ocorrido na terça-feira, dia 22 de abril de 2003, no município de Quinta do Sol - PR.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do município de Quinta do Sol e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do Sr. José Ananias Vital, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

José, foi pioneiro de Quinta do Sol, onde morou durante 48 anos. Atuando no ramo da pecuária e no comércio de combustíveis granjeou amizade e simpatia de todos os seus concidadãos.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de José Ananias Vital.

REQUERIMENTO Nº 740

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Abrelino Mômoli, ocorrido dia 17 de abril do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Abrelino Mômoli, pessoa bastante relacionada do município de Clevelândia faleceu no último dia 17/04 aos 64 anos de idade, deixando viúva a Sra. Marcelina Mômoli. Deixou ainda, 03 (três) filhos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

Abrelino Mômoli foi vereador de Clevelândia no período de 01/01/92 a 31/12/96.

Sua família, a família que adorava despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá descansar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Que os familiares do Sr. Abrelino encontrem na fé a na esperança o conforto necessário nesta hora tão difícil, é o que desejamos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mômoli, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 742

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-vereador, senhor Ademar Bertoli, ocorrido dia 26 de abril de 2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vítima de lamentável acidente automobilístico, faleceu dia 26 de abril corrente, o comerciante e ex-vereador, Ademar Bertoli, aos 65 anos de idade.

Deixou viúva a Sra. Flora Madalosso Bertoli. Deixou ainda, 04 (quatro) filhos e netos.

Ademar Bertoli pertencia a tradicional família paranaense. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos, e ao trabalho.

Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficará viva em nosso coração e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar com homenagem que lhe devemos.

Pedimos ao Todo-Poderoso que nossos amigos, familiares de Ademar Bertoli, encontre, na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bertoli, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 765

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ademar Bertoli, vítima de acidente automobilístico ocorrido no sábado, dia 26 de abril de 2003, na BR-376, próximo à cidade de Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio de Ademar Bertoli, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

Ademar Bertoli chegou no início da década de 60 ao bairro de Santa Felicidade ainda como funcionário da Saúde Pública. À época, conheceu Flora Madalosso, com quem casou-se. Pouco tempo após o matrimônio, o casal adquiriu o conhecido Restaurante Velho Madalosso, onde com muita simpatia, atendia pessoalmente os seus fregueses. De espírito empreendedor, também se tornou proprietário do Auto-Posto Ventania.

Era tão significativo o seu relacionamento com a população do bairro-cidade, que recebeu do mesmo, a incumbência de representá-lo junto à Câmara de Vereadores, por duas legislaturas.

De natureza alegre, era dono de uma alma benfeitora e humanitária. Ademar participava de todos os movimentos sociais e beneficentes da nossa região que, entristecida, despede-se do seu filho, amigo e irmão.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de Ademar Bertoli.

REQUERIMENTO Nº 736

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao Grupo de Jovens Salesianos da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora - Capela Nossa Senhora da Glória, pela encenação da Paixão de Cristo, representada no dia 18/04/2003, Sexta-Feira Santa.

Requer, ainda, que se dê ciência ao Sr. Jocimar Antonio Machado, coordenador do grupo, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Iapó, 102 - Rio Verde - Ponta Grossa-PR. CEP: 84020-520.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 739

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao vereador pelo município de Ponta Grossa, Leopoldo Cunha Neto, e aos senhores Ildo de Sordi e Pimpo Gamper, pela Caminhada pela Saúde - Ponta Grossa a Curitiba, manifestação que demonstrou o profundo interesse e dedicação às classes menor favorecidas do município.

Requer, ainda, que se dê ciência aos mesmos, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Ponta Grossa, Rua Visconde de Taunay, 950 - Ponta Grossa-PR, CEP: 84010-760.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 741

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. coronel David Antonio Pancotti, por ter assumido o comando geral da Polícia Militar do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. coronel David Antonio Pancotti.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a emancipação do Estado do Paraná em 1853, houve a necessidade de uma força policial para assegurar a segurança pública.

O conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, designado por D. Pedro II, em sua primeira medida em relação à Segurança Pública, através da Lei nº 07 de 10 de agosto de 1854, criou a Companhia da Força Policial da Província do Paraná, que foi a primeira organização policial do Estado, de fato e de direito, sendo nomeado como seu primeiro comandante geral o capitão do Exército Nacional Joaquim Moreira Mendonça.

A partir de então, o Paraná passou a conhecer e respeitar a importância dos policiais militares.

Ao longo dos anos, a corporação foi ganhando novas denominações, até que no ano de 1946, foi denominada de Polícia Militar do Estado do Paraná, entrando de fato em sua fase contemporânea, tornando-se uma organização moderna, estruturada e aperfeiçoada.

“O passado é um mestre valioso em oferecer lições de mérito para o presente e o futuro”.

Ao tomar posse como comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, no último dia 25, o coronel David Antonio Pancotti teve uma recepção calorosa, contando com o comparecimento da oficialidade, seus comandados, autoridades, familiares, amigos, entre os quais este deputado.

O coronel David, substituiu o coronel Mário Sergio Nicolau, que entrou para a reserva, após ter prestado 35 anos de serviços à Polícia Militar.

O coronel David está na Polícia Militar há 31 anos, é bacharel em Direito, formou-se no Curso Superior pela Universidade Federal do Paraná e também fez o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar. Nos últimos quatro meses, exerceu o cargo de chefe do Estado Maior da corporação. A partir de agora, ele estará à frente de 18 batalhões e quatro companhias, além das unidades do Corpo de Bombeiros.

A escolha do Exmo. senhor governador do Estado, atendeu critérios estritamente técnicos e funcionais.

O currículo do empossado reflete experiência e honradez.

Este é um momento especial que nos leva a refletir sobre o papel desempenhado pelas instituições governamentais numa sociedade democrática. As instituições são concebidas em nome do interesse público. São duradouras, permanentes, estáveis. Os seus dirigentes por sua vez, são transitórios, passageiros, daí o princípio da impessoalidade consagrada na Constituição. Todos passamos. Os governos passam, os secretários, os deputados passam, a Polícia Militar, não. Ela é permanente, definitiva. Todos nós temos que preservar a sua boa imagem.

A despeito das notórias dificuldades, o bom trabalho que vem executando é reconhecido. A instituição goza de excelente imagem no Estado e no País. Uma boa política se faz com bons quadros, bons equipamentos, boa remuneração, boa formação, reciclagem constante e, fundamentalmente, democratizando as suas ações.

A violência está na ordem do dia, tanto para a população como para os governantes. Apesar de todos os esforços, a onda de crimes, vem se transformando em um sério obstáculo às políticas de desenvolvimento concebidas para sanar os males econômicos e sociais que implicam em mais violência.

À luz de tal realidade, é preciso dizer que iniciativas que venham a somar no combate à violência serão sempre bem recebidas e contarão com o apoio da população paranaense.

REQUERIMENTO Nº 753

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações ao Conselho Regional de Medicina do Paraná, na pessoa de seu digníssimo presidente, o Exmo. Sr. Dr. Luiz Salim Emed, pela inauguração da sede própria daquele órgão.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Regional de Medicina, é um órgão voltado à promoção do exercício ético daquela profissão. Nos últimos anos, principalmente, tem assumido um ativo papel no debate da Bioética e, sobretudo, nas questões que envolvem o Sistema Único de Saúde, estando

sempre presente em todos os foros relevantes para a construção do Sistema.

Com a inauguração de magnífica sede própria, desde logo disponibilizada pela entidade para o uso da sociedade na promoção do debate de suas questões, os atuais dirigentes da mesma coroam o trabalho de várias gerações de médicos abnegados que, sem tréguas, têm trabalhado pela dignificação da medicina e pela promoção de seus elevados padrões éticos.

REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Parreira Soares e Zuleima Terezinha Correia Soares, que completou 50 anos de união conjugal no dia 18 próximo passado, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificaram mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 755

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Mauri Zanon e Rosicler Zanon, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificaram mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, ami-

gos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 756

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Ivanor Zílio e Maria Aparecida Rezende Zílio, que completou 25 anos de união conjugal celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificaram mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 757

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vicente Gonçalves e Natalina Lopes Gonçalves, que completou 50 anos de união conjugal celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificaram mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 758

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Mauri Zanon e Rosicler Zanon, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificaram mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 760

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aquiescência do Plenário, o envio de cumprimentos e congratulações desta Casa Legislativa ao presidente da AFA - Associação dos Funcionários da Emater e a todo seu quadro de associados, pela comemoração dos 20 anos de existência da entidade, e que fazem da Emater, uma empresa rica em qualidade e em prestação de serviços.

Do aprovado, solicita seja dado ciência ao senhor Celso Da Cas, presidente da AFA - Associação dos Funcionários da Emater, Rua da Bandeira, 500 - 80035-270 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Emater tem sido fundamental para a dinamização da economia paranaense, para o crescimento do setor produtivo do Estado e principalmente, tem sido responsável pela melhoria da qualidade do homem do campo.

Na realidade se deve, e muito, aos dignos funcionários dessa conceituada empresa pública.

Muitos indicadores sobre a qualidade de vida ainda estão comprometidos, mas houve uma significativa melhora, e por isso, faça-se justiça aos que militam e atuam na Emater.

Que o gesto deste Poder Legislativo sirva para que os funcionários se tornem cada vez mais eficientes e eficazes, e com isso continuem contribuindo e colaborando, de modo extraordinário e principalmente, para com o pequeno e médio produtor rural, grandes responsáveis pela pujança agrícola do nosso glorioso Estado.

Isto posto, considero oportuno o presente requerimento em favor da AFA - Associação dos Funcionários

da Emater, que bem merece esse legado e esse distinguido mérito desta Casa Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 762

Senhor Presidente:

O deputado estadual subscritor do presente documento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, inserção de congratulações especiais à Cooperativa Sudcoop, detentora da marca dos produtos alimentícios Frimesa, pela conquista do Top de Categoria 2003, laurel criado pela Associação Paranaense de Supermercados - Apras.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, congratula-se jubilosamente com a renomada Cooperativa do Oeste do Paraná, ao ensejo de receber o mais reconhecido prêmio do varejo paranaense, confirmando a confiança de supermercadistas e consumidores na alta qualidade dos produtos lácteos Frimesa.

Do aprovado, solicita seja dado ciência ao senhor Valter Vanzella, diretor-presidente da Sudcoop, à Rua Bahia, 159 - 858884-000 - Medianeira / PR.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 768

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem no aniversário do município de Santa Terezinha de Itaipu.

A cidade de Santa Terezinha de Itaipu já se prepara para as festividades alusivas ao aniversário de sua emancipação política, que ocorre no próximo dia 03 de maio deste, quando completa 21 anos.

Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

Sua principal atividade econômica é a agrícola, e inicia-se também na área de industrialização. As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Santa Terezinha de Itaipu por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao prefeito municipal, Cláudio Dirceu Eberhard; ao presidente da Câmara Mu-

nicipal, Adilon Pereira, assim como ao vice-prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura, à Rua João XXIII, nº 144; na Câmara Municipal, à Rua das Comunicações. 1828, em Santa Terezinha do Itaipu / PR - 85875-000.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 761

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscrive o presente requerimento, valendo-se do que lhe faculta as prerrogativas regimentais, REQUER, após aquiescência do Plenário, para que seja registrado nos Anais da Plenária de hoje, os votos de especial louvor desta Casa Legislativa ao prefeito municipal de Santa Helena, Silom Schmidt, pela conquista do Prêmio Sebrae "Governador Mário Covas - Prefeito Empreendedor".

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, sente-se efusivamente orgulhosa pelo feito alcançado pelo prefeito municipal de Santa Helena, ao ser agraciado com tão significativo laurel de Grande Vencedor da região Sul do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor. Reconhecimento do seu espírito empreendedor e de sua gestão administrativa pública comprometida em apoiar e fomentar as micro e pequenas empresas e com o desenvolvimento sustentável local.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 767

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de louvor à TV Tarobá pela iniciativa da campanha "Amo Foz".

Com esta campanha, a credibilidade e a audiência da TV Tarobá, justifica o projeto "Amo Foz", pois com este ato o principal objetivo é o de incentivar e influenciar decisivamente a população a participar de ações em prol dos hábitos, costumes e culturas envolvidas de valores patrióticos e de dedicação à cidade de Foz e região.

Em 88 anos, foi testemunhado pelo povo de Foz do Iguaçu, várias passagens em que com a irreverência, esperança e bravura de seu povo, pode-se reverter várias condições de crise e de preocupação, sendo nos dias de hoje, uma das piores crises enfrentadas desde a criação da "Cidade das Cataratas".

Além deste voto de louvor pelo projeto, aproveito para parabenizar os funcionários pela ampla cobertura que vem dando desta Assembléia Legislativa, assim como pelo profissionalismo com que vem abordando os mais diferentes assuntos e fatos marcantes da cidade, do Estado, do Brasil e do mundo, todos de relevante importância para a população.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao responsável pelo Projeto “Amo Foz”, senhor Hamilton Lustosa; ao diretor-presidente da TV Tarobá, senhor Pedro Mufato; ao diretor-geral, senhor Jorge Guirado, em nome dos demais diretores e funcionários da Televisão, na Rua Tarobá, 06 - Jardim Maria Luiza - Cascavel / PR - 85819-550.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 733

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização ao Centro de Atendimento à Mulher de Londrina pela comemoração de 10 anos de atuação no atendimento às mulheres londrinenses.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao Centro de Atendimento à Mulher, à Rua Sílvio Pegoraro, 251 - Jardim Petrópolis, em Londrina - PR, CEP 86020-015.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 734

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que a Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, coloque à disposição dos usuários o atendimento telefônico gratuito, visto que a população do Estado do Paraná está pagando impulsos telefônicos para avisos de incidentes, reclamações, dúvidas, entre tantas outras ações.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná - Rua Eng. Rebouças, 1376 - Bairro Rebouças - CEP 80215-100 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 735

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, parecer jurídico ao procurador geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, sobre a constitucionalidade da Lei nº 13.133, na qual cria o Programa Estadual de Incentivo à Cultura.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Procuradoria Geral do Estado, à Rua Conselheiro Laurindo, 561 - CEP 80060-100 - Curitiba-PR.

Sala Das Sessões, em 28.04.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 737

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado correspondência ao senhor governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando instalação, em caráter de urgência, de 20 (vinte) Unidades de Terapia Intensiva - UTI's, a serem distribuídas entre os hospitais de Ponta Grossa e demais municípios da região dos Campos Gerais.

Tal reivindicação prende-se ao fato de as UTI's existentes não serem suficientes para suprir o mínimo da demanda gerada, o que acaba por colocar em risco de morte a parcela mais carente e necessitada da população e que mais depende dos serviços públicos.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 738

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao senhor secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando, em caráter de urgência, a execução de pavimentação asfáltica da Estrada do Cerne, PR-070, no trecho que liga Piraí do Sul - Campo largo - Curitiba.

Trata-se de uma antiga reivindicação da população local que encontra sérias dificuldades de locomoção e transporte de mercadorias pelas péssimas condições da referida estrada, principalmente em temporadas de chuvas.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 743

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Eduardo Scheida, secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando a gratuidade dos ingressos ao Parque Estadual de Vila Velha, para as pessoas integrantes dos Grupos de Terceira Idade.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se justifica tendo em vista que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, isentou as crianças do pagamento de ingressos para visitação do Parque Estadual de Vila Velha.

Assim, entendemos, que o mesmo benefício poderia ser estendido aos Grupos de Terceira Idade, os quais geralmente são formados por pessoas de poucos recursos e que gostariam de ter mais uma opção de lazer, sem que seu orçamento familiar seja afetado.

REQUERIMENTO Nº 744

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Carlos Caíto Quintana, secretário-chefe da Casa Civil, solicitando o número de servidores ocupantes de cargos públicos - ativos e inativos - e em comissão, especificados por órgão ou secretaria, que compõem a estrutura do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se fundamenta nas atribuições conferidas pelo inciso XXXIII da Constituição Federal, nos artigos 55 e 90 inciso V da Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Como prerrogativa do deputado estadual, a solicitação de informações é um importante instrumento de acompanhamento dos atos do Poder Executivo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 745

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de duas travessias na BR 376, no município de Sarandi, na altura da Rua David Pavão, e outra na altura da Rua Francisco de Almeida, visando facilitar o fluxo de veículos e pedestres.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica tendo em vista que a rodovia BR-376, corta a cidade de Sarandi ao meio, numa extensão de aproximadamente cinco quilômetros.

Em todo o percurso da rodovia existe apenas uma travessia que fica no cruzamento da Av. Londrina, o que dificulta o fluxo normal de veículos e pedestres, que além de causar congestionamento no local, facilita o risco de acidentes de trânsito.

REQUERIMENTO Nº 746

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento asfáltico da PR-569, no trecho que liga Marilena a Nova Londrina, numa extensão de 4.400 metros.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica tendo em vista que a rodovia PR-569, que liga os municípios de Marilena e

Nova Londrina, numa extensão de 4.400 metros, encontra-se cheia de buracos e em péssimas condições de tráfego.

Salienta-se que a mesma estava para ser recapeada juntamente com outras obras, no ano passado mas, entretanto, a referida obra não foi sequer iniciada até o presente momento.

REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário envio de expediente ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República e ao Sr. Cristovam Buarque, ministro da Educação, manifestando o desejo dos deputados desta Assembleia Legislativa e do povo paranaense, de que seja transformado o Cefet-PR em Universidade Tecnológica do Paraná.

Tal manifestação, funda-se no fato de a instituição atender aos indicadores previstos na legislação em vigor e a sua transformação não implicar em aumento de despesas. Esclarecendo ainda, que a instituição já desenvolve atividades em diferentes níveis de ensino, extensão e pesquisa que o aproximam muito às características das Universidades.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

Apoiamento:

Reni Pereira, Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Nereu Moura, Cida Borghetti, Doutor Luciano, Artagão Júnior, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk e Mauro Moraes.

REQUERIMENTO Nº 748

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, a respeito do Parque da Ciência:

- razões do fechamento do mencionado Parque;
- se o fechamento é temporário ou definitivo;
- se temporário, informar em que condições voltará a funcionar;
- se definitivo informar a nova utilização do espaço físico;
- informar a origem dos recursos para a manutenção do Parque.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 752

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, digníssimo secretário de Estado da Saúde, pedido de informações e esclarecimentos a respeito dos critérios adotados pela pasta para a eleição dos hospitais aptos a receberem recursos do Programa de Incentivos aos Hospitais Estratégicos Regionais.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Saúde, adotou decisão surpreendente ao eleger apenas o Hospital Erasto Gaetner para, em Curitiba, receber recursos do Programa de Incentivo aos Hospitais Estratégicos Regionais.

É da maior importância que o citado hospital possa receber recursos extras face ao papel fundamental que desempenha no SUS, de atendimento aos pacientes oncológicos. Porém, outros hospitais, que certamente se enquadrariam nos mesmos critérios, não foram selecionados.

Pode-se citar, como exemplos mais flagrantes, os Hospitais de Clínicas, Cajuru, Evangélico e Pequeno Príncipe, responsáveis por mais de 6.000 internamentos ao mês, perto de 1.500 leitos e em torno de 100 leitos de UTI.

O Hospital de Clínicas é o maior do Paraná, e o único que oferece banco de ossos e transplante de medula óssea. Os Hospitais Evangélico e Cajuru atendem grande parte da demanda de pronto-socorro de Curitiba e Região Metropolitana, com atendimento especializado em ortopedia e neurologia. O Hospital Pequeno Príncipe é o maior em atendimento pediátrico, com 1.110 internamentos mensais, além de oferecer pronto-socorro infantil e transplantes de fígado, rim, coração e cirurgia cardíaca.

Diante disso, solicitamos o esclarecimento e o envio dos critérios adotados para esta Casa Legislativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 228/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo instituirá o vale-cultura para utilização pelos profissionais de Educação do Sistema Público Estadual de Ensino.

Parágrafo Único - Será concebida uma parceria com redes de cinemas, teatros, livrarias, editoras, locadoras de vídeo e afins, no intuito precípua de viabilizar o vale-cultura.

Art. 2º - A regulamentação da presente lei caberá à Secretaria de Estado da Educação em conjunto com a Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem como finalidade munir os profissionais de educação com uma ferramenta indispensável nos tempos que correm, que é a cultura.

A implantação do vale-cultura pelo Poder Executivo fará com que os educadores tenham condições de alimentar a alma e transportar sua mente para a construção de um ensino mais criativo, humano, atualizado e eloquente.

O vale-cultura vai propiciar condições aos educadores acesso ao bom livro, uma peça teatral, assistir a um filme ou locar um vídeo, trazendo como resultado uma educação de mais qualidade e progressiva.

Solicito o apoio dos nobres pares desta Augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que cria o vale-cultura para os profissionais da Educação no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 229/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Assistência à Criança Cega - Face, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A documentação inclusa comprova que a Fundação de Assistência à Criança Cega - Face, preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 230/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Obra de Assistência Social Papa João XXIII", com sede

no município de Floresta e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Obra de Assistência Social Papa João XXIII é associação civil sem fins lucrativos, com sede na Rua Cidade de Brésia, s/n, no município de Floresta.

Fundada em 26 de abril de 1967, pela padre Antonio Luigi Martineli, tem como finalidade acolher e atender crianças, adolescentes e idosos da comunidade de Floresta, oferecendo iniciação profissional, social, moral e religiosa ecumênica para integração na família e inserção na comunidade local.

Atualmente a obra atende 123 alunos entre 6 e 14 anos, sendo que esses alunos freqüentam o ensino regular em instituições de ensino da cidade de Floresta. Nos horários em que não estão na escola recebem apoio, alimentação e participam de atividades proporcionadas pela Obra.

As crianças e adolescentes de risco que são atendidas no projeto com o apoio das irmãs, professoras contratadas e voluntárias, desenvolvendo as seguintes atividades: horta comunitária, jardinagem; trabalhos manuais como origami, biscoito, crochê, tricô, corte e costura, enfeites de natal, velas coloridas, porta-retrato, confecção de vasos de bambu; reforço escolar; formação humana e espiritual; aulas de violão e canto; coral; aulas de computação; futebol; karatê (Projeto Piá Karatê no Esporte) e capoeira.

Essa organização merece a concessão do título de Utilidade Pública pelo trabalho essencial que presta à comunidade de Floresta, contribuindo com o Poder Público na atenção aos menos favorecidos economicamente.

PROJETO DE LEI Nº 232/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado às empresas privadas promover o patrocínio do ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais, podendo, em contrapartida, divulgar sua razão social ou marca no uniforme escolar.

§ 1º - A divulgação da empresa far-se-á em um único letreiro, em tamanho menor e ao lado ou abaixo da identificação da escola, antecipada da expressão - esta escola é patrocinada por -;

§ 2º - Cada escola somente poderá ser patrocinada por uma única empresa;

Art. 3º - É vedado o patrocínio escolar por empresas fabricantes de bebidas alcoólicas e de cigarros e seus derivados.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, empresa patrocinadora do ensino fundamental e médio é aquela que cumulativamente ou não, segundo montante mínimo do patrocínio a ser definido em assembléia geral das Associações de Pais e Mestres das Escolas Públicas deste Estado:

Inciso I - Providenciar a confecção e distribuição gratuita do uniforme adotado pela escola;

Inciso II - Responsabilizar-se pelas ações e respectivas despesas com a conservação e a manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da escola;

Inciso IV - Prover e manter atualizada a biblioteca escolar, os programas, softwares e demais instrumentos de informática, inclusive acesso à internet, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do potencial de cada aluno;

Inciso V - Fornecer aos alunos livros e demais materiais didáticos, em conformidade com a listagem oficial para cada ano letivo;

Inciso VI - Custear as despesas para o aprimoramento técnico dos professores e funcionários administrativos da escola, respeitada a legislação específica sobre o aperfeiçoamento e a valorização do magistério.

Parágrafo Único - O aluno que não optar pelo uso do uniforme com a identificação da empresa, deverá fazer uso do uniforme oficial adotado pela rede pública estadual de ensino.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

São objetivos desta proposta de lei, entre outros, promover o incentivo à iniciativa privada no sentido de coadjuvar o Poder Público Estadual na sua missão de educar e formar o cidadão, viabilizando uma parceria com os mais variados segmentos econômicos, a cujos empresários será oferecido o caminho seguro e eficiente para o exercício da função social da empresa.

A medida em que se permite à iniciativa privada partilhar com a família e o Estado os ônus financeiros da educação, se amplia ainda mais o acesso da população menos privilegiada economicamente aos estudos, seja no ensino fundamental seja no ensino médio, contribuindo-se, inclusive, para a redução da evasão escolar.

Aos mestres poderão ser oferecidas melhores condições técnicas para o exercício do magistério, estimulando o seu desenvolvimento e aprimoramento profissional, além de oferecer, para aqueles professores que a "duras penas" procuram promover ações sociais em benefício da escola e de seus alunos (tantas vezes sem os merecidos resultados), o instrumento adequado para que, de forma legal, transparente e mais produtiva, alcancem os solidários objetivos que os movem.

Às Associações de Pais e Mestres, cujo importantíssimo e indispensável papel no processo educacional

aqui se reconhece, é atribuída uma efetiva participação no desenvolvimento e implantação da parceria com a iniciativa privada, em prol da educação no Estado do Paraná.

Mediante o sistema de cooperação proposto, também poderão ser oferecidas melhores e mais eficientes ferramentas para a aprendizagem, a informação, a ampliação e a diversificação do conhecimento, como patrimônio essencial e exclusivo do ser humano.

Importante salientar, finalmente, que o escopo deste projeto de lei não é o de, nem mesmo remotamente, eximir o Poder Público do seu dever constitucional de promover a educação, mas sim, e tão só, o de permitir à iniciativa privada a oportunidade de colaborar com o Estado e com a família, em conformidade com a recomendação de nossa Constituição Estadual, contida no dispositivo a seguir transcrito:

“Art. 177 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

PROJETO DE LEI Nº 233/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a denominação para Instituto Histórico Cultural da Lapa, da entidade beneficiada no Plano de Aplicação da Lei nº 13.980, de 27 de dezembro de 2002, na parte que destinou a quantia de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) ao Centro Cultural da Lapa.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias na Lei nº 13.980, de 27 de dezembro de 2002, em decorrência do contido nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de alterar, unicamente, a denominação da entidade beneficiada com dotação orçamentária pela Lei nº 13.980, de 27 de dezembro de 2002.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 231/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal, e do artigo 21, da

Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu constituída pelos municípios de Foz do Iguaçu, Diamante do Oeste, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Foz do Iguaçu terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo governo do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice elaborada pelo prefeito municipal de Foz do Iguaçu e outro por indicação dos demais municípios integrantes da região metropolitana.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da região metropolitana e 3 (três) representantes da sociedade civil, escolhidos de comum acordo pelos municípios.

§ 3º - O presidente do Conselho Deliberativo presidirá o Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana objetivando, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da região metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a região.

a) planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

b) saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

c) uso de solo metropolitano;

d) transporte e sistema viário;

e) aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental;

f) outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.

Art. 6º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder o remanejamento orçamentário destinado a atender o disposto nesta lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.2003.

(aa) RENI PEREIRA
DOBRANDINO DA SILVA
CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Os municípios de Foz do Iguaçu, Diamante do Oeste, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, compõem uma região em franco processo de desenvolvimento, com suas áreas urbanas necessitando urgentemente de investimentos, através de um planejamento de ações de forma coletiva, já que os problemas e necessidades são comuns a todos os municípios.

O crescimento populacional advindo com o rápido desenvolvimento da região determinam o surgimento de ações efetivas voltadas à integração e ao crescimento organizado dos municípios.

O planejamento conjunto trará, certamente, vantagens de todas as ordens para os entes envolvidos, já que nessa perspectiva, as atividades de natureza histórico-cultural, características geográficas, bases econômicas semelhantes, indicarão com precisão qual o projeto de desenvolvimento regional trará os benefícios que a sociedade e os cidadãos locais desejam.

No Brasil, a Constituição de 1988 procurou dar condições jurídicas para que os municípios pudessem se organizar, sem evidentemente perderem suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio de nosso País.

Assim, o artigo 25, parágrafo 3º da CF delega aos Estados a criação, através de Lei Complementar, de regiões metropolitanas. A Constituição Estadual, por seu turno, e no capítulo III, artigos 21-26, define a instituição e organização das regiões metropolitanas.

Os municípios indicados para participarem da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu têm uma vida econômica e social interligada por fatores os mais diversos, como a presença da universidade, a indústria, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim, todo um universo convergente que habita a constituição de uma região metropolitana destinada a melhorar, qualificando de forma planejada e duradoura, os eventos de vida e de desenvolvimento de cada um e de todos os municípios integrados.

Mais que uma ficção, a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu será o passo definitivo no sentido de dar aos seus cidadãos atenção e o atendimento às suas necessidades.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao senhor deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que nos traz no Grande Expediente de hoje - e nós não poderíamos deixar de falar - em relação a este final de semana, tivemos mais um óbito, mais uma família ficou enlutada em função da falta de leitos de UTI na região de Ponta Grossa.

Hoje pela manhã, exatamente debatíamos isso, e na quarta-feira, os senhores estão lembrados, falamos aqui que um vereador de Ponta Grossa, Leopoldo Cunha, do PPS - até falei que era nosso adversário - iniciou uma caminhada espetacular, histórica, no Paraná. Cansado de pedir, cansado de ver o povo mais simples sofrendo, resolveu fazer uma reivindicação diferente: caminhar 130 quilômetros como forma de ser ouvido, como forma de a população ver que alguma coisa precisa ser feita, e principalmente o governo, em relação à saúde dos Campos Gerais.

E aí, senhor presidente, nós, atentamente acompanhando o pronunciamento do vereador Leopoldo, porque as Sessões do Legislativo são na mesma hora que as nossas. Quando soubemos da atitude desse vereador, imediatamente lhe ligamos, já que é nosso adversário político, dizendo que se quisesse a nossa presença para caminhar junto, não nesse protesto, mas nessa reivindicação que o mesmo estava fazendo em nome do povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Ele ficou muito feliz, muito contente, que um deputado estadual pudesse estar ao seu lado nessa caminhada, ganhando assim mais apoio e um companheiro a mais na estrada de Ponta Grossa até aqui em Curitiba. Iniciamos a caminhada no final da tarde de quarta-feira, por volta de 18h30min. Tão logo chegamos em Ponta Grossa, fizemos uma caminhada que chegou aqui na sexta-feira às 13h30min.

A bem da verdade - eu que não sou homem de maratona - não consegui andar os 130 quilômetros; consegui andar 90. No segundo dia, uma gripe nos pegou, porque andamos até uma hora da manhã.

Tivemos o apoio da Polícia Rodoviária, que foi atenta, nos ajudou nos momentos mais importantes; da Rodonorte, do seu presidente, que colocou uma viatura à disposição, a presença do assessor do vereador Leopoldo Cunha, Ildo Irsorde, que puxou a maratona. Juntaram conosco mais alguns companheiros. No final, o deputado Plauto os recebeu aqui, o deputado Marcos Isfer, que é do mesmo partido do vereador Leopoldo, o Neori Tigrão, o ex-deputado Zuk.

Foi uma caminhada maravilhosa, nos ajudou a crescer, e quando a gente quer, faz algumas loucuras que pensa não poder fazer.

Fiquei surpreso, porque a grande parte da imprensa teve o zelo de colocar a manifestação de forma bonita, mostrando que nós estávamos fazendo uma caminhada para dizer do sofrimento que passa o povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Infelizmente, o jornalista José Rocker, da Gazeta do Povo, sucursal de Ponta Grossa, que é um adversário meu, escreveu que peguei carona, que entrei no segundo dia, que usei o ônibus que eu faço política, que uso na campanha. Não é verdade! Colocou um monte de bobagens aqui, mas é tradicional. Lamento, pois recentemente a Gazeta do Povo, do Dr. Francisco da Cunha Pereira, ao qual tenho grande respeito, elogiou publicamente por diversas vezes o empresário de Ponta Grossa, Valter Samara, que se associou à campanha, que o empresário está fazendo por uma indicação no Supremo. Nós também fizemos isso aqui. Naquele momento, não vi nenhuma manchete que o Samara era caroneiro, mas como sou um deputado polêmico e tenho algumas diferenças com o jornalista, ele colocou lá que peguei carona.

Não tem problema, porque o importante é que cumprimos a nossa missão, que era dar um apoio a um vereador, porque no momento em que um vereador sai de Ponta Grossa e entra no território do Estado do Paraná, que é a nossa Casa de Leis, e que é o governo do Estado, ele necessariamente tem que ter o apoio de um deputado. Essa foi a nossa única intenção, de fazer com que aquele vereador tivesse o apoio de pelo menos um deputado que representa a região dos Campos Gerais e que também tem brigado nesta Casa, para que se consiga melhorias na saúde.

O que nos surpreendeu foi a indiferença com que fomos tratados aqui em Curitiba. No que se refere à viagem, cansativa, exaustiva, nós que somos jovens tiramos isso de letra, mas a parte triste dessa viagem foi o fato de o governador do Estado do Paraná, o homem que achamos que é democrata, que é governador do Paraná pela segunda vez, que foi deputado estadual, que foi senador da República, que foi prefeito de Curitiba e, que sempre o tive como democrata, na sexta-feira quando estava na sua casa, lá estava um deputado e um vereador cansados de vir caminhando de Ponta Grossa até Curitiba, não para protestar contra o seu governo, mas para manifestar o desejo de que urgência deve ser dada, porque pessoas estão morrendo na Região dos Campos Gerais.

Para nossa tristeza, ao chegarmos ao Palácio Iguaçu, não conseguimos ser recebido pelo governador Roberto Requião. O mesmo governador que tenho votado aqui, muito mais favorável do que negativo, mesmo estando na Bancada Independente, o mesmo governador que muitas vezes esteve em minha casa que é o rádio, na campanha política, e nunca lhe neguei a oportunidade e o direito de falar um dia em meu programa. Toda semana o governador Roberto Requião falava na rádio, sem custo nenhum, fazia seu comentário. Até fui xingado pelo meu partido.

Todas às vezes que foi lá, foi bem tratado e bem recebido.

Isso que nos magoa, porque quando você vai na casa de alguém, até o inimigo você deve tratar bem, deve pelo menos receber. Receber para dizer não. E aí a tristeza, deputado Ângelo Vanhoni, do seu governador de

não receber um deputado desta Casa, que não fazia mais que a sua obrigação de acompanhar um vereador que não vinha fazer um protesto, vinha somente fazer uma manifestação pedindo prioridade na saúde dos Campos Gerais.

Sei que o governo se instalou há cinco meses, que o governador está cheio de boa vontade, que está acabando com contrato fantasma, superfaturado, sem licitação.

Acreditamos em tudo isso. Haveremos de continuar acreditando, mas quero deixar claro nesta Casa, que o governador Roberto Requião, pessoa a quem temos a maior admiração, não quis descer do seu gabinete para, pelo menos abraçar, não o deputado, mas receber um vereador que teve a coragem, a decência, que teve o respeito pelo povo, por andar 130 quilômetros.

Deveria descer o governador por um minuto e receber aquele jovem, que estava trazendo o pleito de um povo que vem sofrendo.

O secretário da Saúde, - não ouvi - me disseram pela imprensa - diz que a caminhada não iria servir para nada. Iria servir para melhorar a saúde de quem estava caminhando.

Disso não temos dúvida nenhuma, nossa saúde estará melhor com a caminhada. Na próxima semana protocolarei aqui, através de um projeto autorizatório, com apoio dos demais deputados, retirando dinheiro de outra parte do orçamento para colocar na Saúde. Não vai ser questão de legalidade. Vamos criar um projeto, transferir recursos de algum lugar que não está funcionando no Estado e colocar na Saúde, para que sejam compradas as UTI's e a manutenção das mesmas.

Permito um aparte ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento.

Estive acompanhando passo a passo a caminhada do vereador Leopoldo Cunha, que apoiou uma moção de apelo na Câmara Municipal de Ponta Grossa, por unanimidade e decidiu trazer em mãos essa moção de apelo.

Uma decisão tomada por ele para chamar a atenção dos meios de comunicação do Estado do Paraná, para poder fazer com que, nobre deputado, o governador tomasse pé da realidade da Saúde da nossa cidade de Ponta Grossa, dos municípios dos Campos Gerais.

Hoje, temos dentro da região dos Campos Gerais - que é uma região semelhante à de Cascavel, e também à de Maringá - praticamente o mesmo número de habitantes, sendo que em Maringá temos mais de quarenta leitos de UTI's à disposição dos moradores da região, e no município de Ponta Grossa, temos apenas dezesseis leitos de UTI's à disposição da nossa população, que é praticamente o mesmo número de habitantes do que a região de Maringá. Estão faltando mais de trinta leitos e é isso que cobramos há muito tempo.

O secretário Cláudio Xavier esteve na cidade de Ponta Grossa; juntos estivemos cobrando e mostrando-

lhe a situação da saúde dos Campos Gerais, e ele, que lá esteve há mais de quarenta dias, até hoje não teve uma posição concreta para solucionar esse problema das UTI's no nosso município. Para ser mais claro ele esteve em Ponta Grossa no dia 26 de março, bem mais de um mês, e até agora não tivemos nada de concreto. Tivemos, sim, pessoas morrendo por falta de UTI's. Um número expressivo de pessoas perderam suas vidas porque não tiveram atendimento dentro dos hospitais de Ponta Grossa e de toda região.

Quero aqui me somar ao seu pronunciamento, você que esteve junto com o Leopoldo caminhando de Ponta Grossa até Curitiba, perdeu alguns quilinhos, com certeza, mas quando aqui chegaram, eu aguardei aqui em frente ao Palácio a convite de vocês.

Esperávamos ter o contato com o governador do Estado do Paraná, que não “deu bola”. É um governo popular que não atende o povo; é um governo popular que não escuta as reivindicações daqueles que representam a população. E se somarmos, Jocelito, a sua votação e a nossa, dá mais de oitenta mil votos só na cidade de Ponta Grossa. Então, nós temos o direito de cobrar, sim, porque somos votados, e a nossa votação é quase a maioria dos votos do município e da cidade de Ponta Grossa.

Espero que o governador faça desse movimento e dessa caminhada uma forma de enxergar as necessidades do nosso município e apresente a solução o mais rápido possível.

Vou aqui, deputado, deputados e senhoras deputadas, toda semana, levantar a voz em cobrança da solução da saúde no nosso município de Ponta Grossa e da Região dos Campos Gerais.

Espero que este governo popular resolva os problemas da população.

Obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO

Obrigado, deputado Plauto, pelo aparte.

Ajuda bastante, engrandece o nosso pronunciamento até porque o que queremos neste momento, é que aconteçam as UTI's em Ponta Grossa e estou propondo, na próxima semana uma mexida no orçamento, um projeto autorizatório em que o governador terá esse dinheiro. Estamos buscando no orçamento algum lugar que esteja um pouquinho mais “graúdo”, sobrando “cascalho” aí, para colocarmos um dinheirinho a mais na Saúde, que aí o governo tenha como fazer essas vinte UTI's.

Para encerrar, eu gostaria de mais uma vez cumprimentar o vereador Leopoldo Cunha e seu assessor, e aqui fica um exemplo para todos os assessores dos deputados, caminhar juntos, quem sabe até Campo Largo! Já está bom, não é deputado Valdir Rossoni?

Fica aqui o agradecimento ao Ildo e ao Pimpo que caminharam juntos, ao pessoal que caminhou com carinho. Ninguém quis fazer barulho, só queria mostrar a situação em que se encontra a saúde de Ponta Grossa.

Tenho muita certeza e gostaria que o governo Roberto Requião, este governador que não apoiei na última eleição, mas que admiro as medidas que está tomando, tivesse a mesma rapidez com que determina o fim de contratos, com que determina o fim dos bingos, com que determina a suspensão de contratos fantasmas e mal feitos, tivesse essa mesma velocidade para definir a questão das UTI's de Ponta Grossa e que ele não se esquecesse que o mundo dá muitas voltas e que ontem ele foi um parlamentar, depois foi prefeito, depois governador, foi ao Senado e voltou a ser governador.

Que ele nunca se esqueça e nunca deixa de receber na porta da sua casa, nem que seja o deputado mais feroz da Oposição; não deixe de receber, se bater à sua porta, porque o verdadeiro democrata, senhores deputados, é aquele que respeita quando alguém faz um manifesto, é um manifesto do bem, não do mal. Quando alguém tem a coragem de fazer uma caminhada de mais de cem quilômetros, um jovem vereador e que vem acompanhado de um deputado, que vem apenas pedir que o governo se sensibilize, e quando tiver que tomar a medida que dê prioridade à região dos Campos Gerais.

Essa foi a única intenção do vereador Leopoldo Cunha e essa foi a única nossa.

Só lamento que o governador democrata, do PMDB velho de guerra, deixou de receber alguém que é do Parlamento onde ele já esteve, e daquela tribuna que quando usou recentemente, disse, e os senhores são testemunhas: Não deixem-no errar. Quando tiver alguma coisa errada, levantem a voz para que o Estado não erre. E o Estado, senhor presidente e senhores deputados, senhoras deputadas, neste momento não tem culpa de ter recebido essa herança, mas tem a culpa de não ter agido com a mesma rapidez com que cancela os contratos, para resolver a situação das UTI's de Ponta Grossa.

E amanhã, vou trazer a esta Casa, uma certidão de óbito do sábado, que quero remeter ao secretário “engraçadinho” da Saúde, que fez gozação com a nossa caminhada.

Vou mandar-lhe, não melhoria da saúde, e sim, funcionário público, que perdeu a vida porque não tinha uma UTI.

E vou fazer passar nesta Casa, este pedido para que ele receba oficialmente a certidão de óbito e não brinque mais com aqueles que defendem o interesse do povo, que são os deputados que vivem o dia-a-dia na base.

Garanto que o secretário “engraçadinho” da Saúde tem um belo plano de saúde e por isso faz graça quando alguém faz um manifesto em solidariedade às famílias que estão passando dificuldade.

Espero que o governador Roberto Requião, que tenho a satisfação de votar os seus projetos aqui, todos de interesse do Paraná, a satisfação de dizer que ele vem fazendo coisas boas, mas que nós queremos, deputado Anibelli, que aconteçam rapidamente as melhorias na saúde.

O Sr. Antonio Anibelli

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Não entendi que V. Exa. chamou o secretário de “engraçadinho”! Ouvia durante a descida do 4º andar, do meu gabinete que V. Exa. soube pela imprensa que ele teria dito que não iria receber.

Quem, qual foi o jornalista, ou qual foi o jornal? Não li jornal que tivesse!

O SR. JOCELITO CANTO

A CBN, deputado Anibelli, o secretário deu uma entrevista e disse que a caminhada seria boa para a nossa saúde e fez graça e que nenhuma reivindicação seria atendida.

Então, acho que ele pode fazer a graça que quiser, desde que não deixe morrer mais gente em Ponta Grossa.

O Sr. Antonio Anibelli

Se todo mundo vier a pé de Londrina, de Foz do Iguaçu, de Clevelândia, de Paranaguá, para reivindicar uma UTI, que em 120 dias de governo não conseguimos instalar todas as CPI's, e comecem a cobrar o pedágio nos postos implantados, talvez seja a maior arrecadação para as empresas que estão extorquindo os motoristas nessa safra record no Paraná. Então, talvez o governador não possa...

Será que ele estava no Palácio? Deve ter sido sexta-feira ou sábado.

O SR. JOCELITO CANTO

Sexta-feira, 13h30. O governador estava no palácio, segundo o seu assessor e segundo o deputado Vanhoni.

O Sr. Antonio Anibelli

Eu ai também pedir-lhe que me dê o record de Ponta Grossa a Curitiba em dois dias que V. Exas. vieram.

Eu alertei o governador que V. Exa. estava se enganando na caminhada, soube que vinha com seu caminhão atrás, não sei se esse caminhão não apressou um pouco mais a sua viagem, porque eu era capaz de fazer-lhe um desafio, V. Exa., em nome do governador Requião, de ir a pé com V. Exa. a Ponta Grossa para ver se nós chegamos em quarenta e oito horas lá.

Sou mais velho que V. Exa., mas em nome do governador posso assumir esse compromisso de ir a pé com V. Exa. Se sairmos daqui a pé para Ponta Grossa, duvido que em dois ou três dias nós consigamos chegar lá, andando trinta quilômetros por dia. Eu não acredito!

Mas, o governador tem muito boa vontade! Ele está tentando resolver o problema...

O SR. JOCELITO CANTO

Então, vou lhe fazer um desafio.

Se V. Exa., como Líder do PMDB, conseguir do governador Roberto Requião que ele instale as vinte UTI's em Ponta Grossa nos próximos noventa dias, eu vou a pé em dois dias a Ponta Grossa e o senhor coloca uma equipe para acompanhar.

O Sr. Antonio Anibelli

Eu seria um irresponsável se aceitasse o seu desafio! Instalar vinte UTI's! E o resto do Paraná? Somente Ponta Grossa tem prioridade?

Defendo muito bem Ponta Grossa, inclusive defendi as suas solicitações; conversamos particularmente sobre o desenvolvimento da política em Ponta Grossa, sobre os problemas, eu estive com o governador e falei isso com ele. E estaremos em Ponta Grossa dentro de trinta dias para dizer, como V. Exa. veio no começo dizer que precisávamos inaugurar a penitenciária.

Dentro de trinta dias, se Deus quiser, estaremos inaugurando, e, quem sabe, não sei se a UTI. Agora, inaugurar penitenciária, vinte UTI's! Todos os ladrões do Paraná, os doentes que estão morrendo, é culpa do Requião, pois já eram doentes! Houve irresponsabilidade do governo passado em não atender as UTI's, como houve irresponsabilidade do governo passado em criar uma Universidade de Medicina em Ponta Grossa - e aqui o deputado Plauto é um dos responsáveis, porque instalaram uma Faculdade de Medicina e todos os jornais dizem que não têm condições, que não têm laboratório, não têm nada! Eu li nos jornais! E quem sabe se isso não tenha sido de afogadilho. Eu não aceitaria ser paciente de um médico formado em Ponta Grossa por essa faculdade, até ele se comprometer pela dignidade de um estudo e do conhecimento dos médicos do Paraná, que estão achando que aquela faculdade foi criada demagogicamente. Estou dizendo o que li nos jornais.

Então, não podemos ser irresponsáveis de assumir um compromisso com V. Exa. de ir em dois dias a Ponta Grossa, porque eu não vou! Posso ir de carro! O governador do Paraná, o anterior, ia de avião daqui para Ponta Grossa. Não sei se ele tinha medo de passar nos pedágios que estão roubando o Paraná todo dia.

O SR. PLAUTO MIRÓ

Por que o Requião não acabou com os pedágios ainda?

O Sr. Antonio Anibelli

Eu faço um desafio a V. Exa.

Se ele reduzir ou acabar com o pedágio, que V. Exa. vá daqui a Ponta Grossa também! Aceite o desafio!

O SR. PLAUTO MIRÓ

Em momento algum eu falei que iria a pé.

O Sr. Antonio Anibelli

Vou com V. Exa.. Eu vou de avião e V. Exa. vai pagar os pecados de ter votado pelo pedágio, pela Copel, pelas coisas que estragaram a sua vida pública.

O SR. JOCELITO CANTO

Deputado Anibelli, agradeço o seu aparte e quero dizer-lhe que, primeiro, não é um caminhão, mas um ônibus que veio dando apoio.

E, segundo, o vereador Leopoldo e o seu assessor saíram às quatro e meia de quarta-feira de Ponta Grossa, da Câmara Municipal, caminharam até aqui, só pararam para dormir, não entraram, em nenhum momento, em nenhum automóvel e fizeram esse trajeto em três dias. Eu disse aqui e o senhor não ouviu o começo.

O Sr. Antonio Anibelli

Eu ouvi V. Exa. dizer aqui no plenário que ia se engajar na caminhada e ele já tinha começado e não era quarta-feira.

O SR. JOCELITO CANTO

Não. Ele começou na quarta-feira, às 16h30min. E eu lhe encontrei às 18h30min no trevo Vendrana em Ponta Grossa; já tinha andado dez quilômetros. E eu disse aqui, V. Exa. não ouviu, que eu não andei quarenta quilômetros por falta de preparo físico, mas andei noventa. E quero dizer para o senhor que se precisar andar de novo para reivindicar...

O Sr. Antonio Anibelli

Quarenta com noventa são cento e trinta. Será que daqui a Ponta Grossa dá?

O SR. JOCELITO CANTO

Até o Centro Cívico dá, e até a Câmara Municipal de Ponta Grossa, dá!

O Sr. Antonio Anibelli

Cento e trinta?

O SR. JOCELITO CANTO

Exatamente.

O Sr. Antonio Anibelli

Vou medir de carro e vou lhe trazer afirmativamente.

O SR. JOCELITO CANTO

Vai ser um prazer ouvir a sua medição, deputado.

Mas, senhor presidente, eu não queria entrar na polêmica da questão do pedágio. Pedágio é outra coisa. Eu quero saber das UTI's de Ponta Grossa. E eu espero que o nosso nobre governador Roberto Requião, resolva os nossos problemas das UTI's. Não quero saber de penitenciárias, porque ele já resolveu. Está resolvido, o deputado Vanhoni ajudou, o deputado Plauto colaborou e está lá, daqui a poucos dias vai funcionar a nossa penitenciária. Agora, o que nós precisamos é continuar salvando as vidas.

Eu sei, e já disse que o governo anterior, deputado Anibelli, foi "madrasta" para Ponta Grossa no que se

refere à Saúde. Eu concordo com o senhor. O governo Lerner foi um governo irresponsável com a Saúde de Ponta Grossa, já disse isso aqui e volto a repetir, mas isso não quer dizer que o nosso governador, que entrou agora, eleito pelo povo mais simples, siga o mesmo caminho do Lerner! Eu sei que é pouco tempo, que temos apenas cinco meses...

O Sr. Antonio Anibelli

Quatro meses, nós assumimos dia 1º de janeiro de 2003, hoje é dia 28 de abril. V. Exa. está dando 32 dias, 33 dias a mais de governo! Acho que nesses quatro anos vai ser difícil recuperar o Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto V. Exa. se usará a Liderança do seu Partido.

O SR. JOCELITO CANTO

Se o senhor presidente, e o nosso líder permitirem, pois não.

Vamos continuar falando porque está bom o debate, e eu acho que vão acabar saindo as UTI's.

Concedo um aparte ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Escutei o nobre deputado, líder do PMDB, Antonio Anibelli, falar sobre o curso de medicina na cidade de Ponta Grossa, curso que já está implantado, que já tem quarenta acadêmicos cursando. É natural que tenha um curso de medicina implantado no Paraná. Uma resistência junto à Associação Médica do Estado, procedimento normal que aconteceu na implantação desse curso de medicina, reserva de mercado. Curso semelhante foi implantado na Universidade Estadual de Cascavel. E os deputados de Cascavel sabem a dificuldade que foi enfrentar o corporativismo das associações que representam os médicos, porque eles são contrários em ter mais médicos formados no nosso Estado do Paraná, mas o curso está implantado, as obras estão prontas, os alunos já estudam e vai ter, com certeza, no decorrer dos próximos meses, dos próximos anos, a posição contrária da Associação Médica, só que a Associação Médica não pode interferir nesse processo; pode emitir opinião, sim.

E da Associação, o que precisamos é da colaboração para poder fazer com que possamos ter mais médicos no Estado do Paraná para atender melhor a população.

Na cidade de Ponta Grossa, - o senhor foi prefeito, sabe da dificuldade que é o número precário de médicos que lá tem para atender a população. Hoje, é de 60% da cidade de Ponta Grossa, nobre deputado Vanhoni, que é do Partido dos Trabalhadores, mostra nas pesquisas de opinião pública que o atendimento médico vai mal na nossa cidade. Por quê? Porque faltam médicos, falta atendimento. Esse curso de medicina da UEPG é o curso que vai formar, é a única universidade do Paraná, deputado

Jocelito, que vai formar o médico da família, é aquele curso que o acadêmico vai estar lá no bairro atendendo e aprendendo. Quem ganha com isso é Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais. Agora, a posição contrária da Associação Médica vamos ter sempre, porque eles são contra a criação de novos cursos no Brasil inteiro, não só no Paraná! E esse de Ponta Grossa, pode ter a certeza, será um dos bons cursos de medicina - do Brasil que vai formar o médico da família e no Paraná é o primeiro curso que forma esse tipo de médico.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputado Plauto pelo seu aparte.

O Sr. Antônio Anibelli

Deputado Jocelito, só respondendo o deputado Plauto, eu não sou contra a faculdade de Ponta Grossa e devo ter até votado com V. Exa. algum requerimento, algum projeto, porque sou pai de uma médica formada na PUC de Curitiba, sei dos dois anos após os cinco anos da faculdade, dos estágios. Hoje a minha filha está estudando em Belo Horizonte, dois anos se especializando. Que não seja curso de médico da família, que vá prestar assistencialismo, talvez, improdutivo à população de Ponta Grossa.

A nossa cidade, a Capital Cívica do Paraná, de tanta história do Paraná, está atrelada a Ponta Grossa com tanta gente maravilhosa que fez deste Estado o grande Paraná, que é, passando por Ponta Grossa.

Então, nós somos a favor, mas queremos que esses estudantes tenham competência e se lá estão faltando médicos com competência, que dirá para os nossos alunos! Sabemos que as faculdades pagam mal, há dificuldade para se estudar. Então, que se façam faculdades com responsabilidade. Eu sou contra essa indústria de faculdades que se criam. Hoje em dia, virando demagogia política, implantando cursos que não servem para a população do interior. Não a de Ponta Grossa, a de medicina, mas faculdades que estão vendendo diplomas, tudo a troco de dinheiro. Nós precisamos moralizar o Estado, e passar esta moralização pela faculdade de Ponta Grossa. Deus queira que ela seja muito bem sucedida e estarei ao seu lado para defender a faculdade de Ponta Grossa, com responsabilidade.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputado Anibelli, pelo seu aparte.

Sem dúvida nenhuma contribui bastante para este debate, como também o deputado Plauto, a respeito da faculdade de medicina, e nós também torcemos, deputado Plauto, que continue, seja qual for o propósito, mas ela é importante para a nossa cidade.

Mas eu queria, ao encerrar a minha participação, senhora presidente, agora na Mesa, e senhores deputados, para manifestar aqui o nosso apoio mais uma vez a essa

atitude do vereador Leopoldo Cunha, que é um jovem dinâmico, nosso adversário, mas que teve a coragem de fazer este manifesto, manifesto que só faria alguém que tivesse, acima de tudo, coragem, respeito e gostasse do povo.

Eu só fiquei chateado, deputado Ângelo Vanhoni nosso líder, deputado Anibelli, líder do PMDB, a única coisa que a gente lamenta é que o governador não tenha recebido, não o deputado, mas o vereador, por um minuto! O governador recebe os sem-terras, os professores, recebe todo mundo porque é um democrata, e deixou de receber um vereador que é do PPS, partido que lhe apoiou na última eleição e deixou de receber um simples deputado que tem votado muito mais a favor do governo do que contra, nesta Casa.

Então, o governador perdeu a oportunidade de, neste momento, quando nós chegávamos ali, apenas receber, por um minuto, aquele manifesto que não era um protesto, não era nada contra o governo, apenas uma movimentação, e eu espero que passem os dias e eu continue nesta Casa votando as coisas boas do governo, mas aos poucos, deputado Anibelli, aquele brilho que se tinha pelo governador Requião, a gente vai perdendo, porque quando alguém visita você e você deixa de receber, e quando vem fazer um manifesto limpo, bonito, você começa a perder a graça por aquela pessoa e eu acho que isto é ruim, quando um político tão importante, um político tão bem preparado, um homem que tem uma visão de chegar a ser presidente do Brasil, acho que até ele poderá chegar, mas é importante que não despreze os mais humildes, não despreze o vereador e não despreze um deputado desta Casa, que veio com humildade, com respeito, pedir ao governador apenas uma coisa - atenda um vereador que votou no senhor e que teve a coragem de andar 130 quilômetros, coragem!

Muito obrigado, senhora presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Arlene Caramês)

Encerrado o Grande Expediente.

Passamos ao horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PPS, PDT, PT.

(Declinam)

PPB. Com a palavra, o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Momentos agradáveis no Parlamento, ao presenciarmos esta acalorada discussão em torno de propostas, de idéias, de setores importantes da administração pública como é o setor de saúde, que propiciou que se falasse sobre o setor de educação, no ensino universitário, quando se levantou a questão do curso de medicina, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Questionou-se a capacidade de locomoção do deputado Jocelito Canto. Acredito que o deputado Jocelito Canto tenha cumprido os 100 quilômetros, de Ponta Grossa a Curitiba, porque é

de conhecimento de todos, que uma pessoa normal tenha a capacidade de caminhar seis quilômetros/hora. Se caminarmos apenas dez horas por dia, estaremos caminhando 60 quilômetros. Em 48 horas, que representa dois dias, teremos 120 quilômetros. Perfeitamente normal a sua caminhada, deputado Jocelito Canto. Eu o parabeno pela ação. O senhor é um homem que vem das bases populares preocupado com o setor de saúde.

Eu queria neste momento, aqui, senhora presidenta, relembrar ao nobre e ilustre deputado, Antonio Anibelli, líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que os cursos de medicina que foram instalados, estão se instalando e se instalarão nas universidades públicas mantidas pelo governo do Estado, venham ao encontro dos anseios da população.

Lembro-me muito bem, quando fui chefe da Casa Civil, no início do primeiro governo Jaime Lerner, o que enfrentamos com o curso de medicina que havia sido criado e instalado em Cascavel. Fui diversas vezes a Cascavel para conciliar. Muitas vezes tive que ajudar a desobstruir a pista da 277, que os estudantes tinham interrompido, como maneira de fazer um protesto para toda a sociedade civil organizada voltar-lhes os olhos, porque a Associação Médica, os órgãos classistas sempre serão contra a instalação de novos cursos de Medicina.

O que penso é que nós não podemos fazer com que as pessoas, que não têm poder aquisitivo, para cursar medicina em uma faculdade particular - nobre deputado Anibelli sabe muito bem quanto custa formar um filho médico, em uma faculdade particular. Temos que dar a oportunidade para aqueles que têm a vocação para as ciências médicas cursarem uma universidade pública gratuita.

Falo isso, porque também na Universidade do Centro Oeste, com sede em Guarapuava - Unicentro, existe um decreto autorizando a instalação do curso de medicina. O governador atendeu a uma reivindicação nossa. É uma reivindicação muito antiga da comunidade. Nós dotamos no orçamento, tem uma rubrica, onde existem os recursos necessários para os estudos e a implantação do curso de medicina.

Por isso digo isso aqui: quando do período eleitoral, o governador Roberto Requião, então candidato, quando lá esteve, eu não o apoiei, mas em comício e onde estavam presentes mais de 20 mil pessoas, o governador Requião se solidarizou e hipotecou seu apoio, de que ele no governo instalaria o curso de medicina em Guarapuava. Quero desde já convidar e pedir aos nobres pares, que nos ajudem, porque enfrentar as mesmas resistências, pelos órgãos que representam ou se dizem representar a classe médica.

O foco do meu pronunciamento, senhora presidenta, senhores deputados, é outro. É uma matéria que saiu no caderno de economia, do jornal Gazeta do Povo de ontem, na página, com o título: Reforma Tributária tem pontos de consenso no Paraná. Essa matéria é em função da presença em Curitiba, em uma reunião na

Associação Comercial do deputado federal Mussadene, presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária. Lá estiveram presentes os deputados federais do Paraná, dentre eles, o deputado que está presente, meu também colega na Câmara Federal, deputado respeitado e um dos deputados que faz com que as coisas aconteçam no Congresso Nacional, o deputado Luiz Carlos Hauly, testemunha do que estamos dizendo, quando na época deputado apresentei uma emenda constitucional, para que conseguíssemos reverter a questão do ICMS sobre a energia elétrica. Uma coisa importantíssima. Estamos discutindo a questão de Saúde, nós estamos discutindo questões importantíssimas para o Estado que implicam em arrecadação, implica em dinheiro. Nós queremos com isso fazer com que o Estado do Paraná tenha mais recursos! O ICMS que o Paraná perde hoje sobre energia elétrica, está em torno de 500 milhões de reais, por ano!

Imagine, deputado Jocelito Canto, deputado Plauto Miró, o governo do Estado com mais 500 milhões de reais! Certamente terá condições para atender às 20 UTI's, lá em Ponta Grossa. Da mesma forma terá recursos para atender o sistema que já reivindicamos para Guarapuava, a instalação de uma unidade para cirurgias cardíacas. Da mesma forma os serviços de oncologia que são os procedimentos chamados de alto custo para que os pacientes possam fazer uma cirurgia e o hospital, e também os profissionais também receberem pela tabela de alto custo. Não precisamos mais fazer aquele trânsito de pacientes, ambulância trazendo um paciente lá de Guarapuava para vir aqui receber tratamento de quimioterapia, de radioterapia, ali no Hospital Erasto Gaetner. Muitas vezes as prefeituras tendo que pagar as despesas de hospedarias na região do Hospital Erasto Gaetner, para que as pessoas venham e seus familiares junto para dar atenção.

Nós sabemos que o Estado não tem esses recursos; são oriundos do governo federal, do SUS. Nós temos que providenciar esses recursos. Então, quando defendemos a questão do ICMS da energia elétrica, uma reversão do que está inserido na Constituição, é no sentido de trazer mais recursos.

Eu dizia aos senhores, houve esta reunião, estavam lá diversos deputados do Paraná, estava presente o deputado Mussa Demi, agora na reportagem se nós formos acompanhar, o que me chamou mais atenção, nobres deputados foi a declaração do secretário da Fazenda, tributarista respeitadíssimo que admiro, respeito e conheço a sua competência, mas que diz o seguinte: "Para o Paraná esta questão tanto faz". Segundo o secretário estadual da Fazenda, Heron Arzua, nós praticamente empatamos as receitas das importações e das exportações.

Não concordo com ele, hoje talvez nós tenhamos essa conta empatando, fechando, no momento que tributarmos a energia elétrica, aqui no Paraná, na origem, teremos um ganho substancial de receita.

Então, meu pronunciamento vai nessa linha, no sentido que nós louvamos este movimento, até para dar

amparo aos deputados. A reportagem também diz que são sete deputados federais do Paraná que integram a Comissão, ou sete de trinta e cinco ou cinco de trinta e cinco.

Deputados federais que fazem parte desta Comissão Especial, é um momento ímpar, não podemos deixar passar este momento! Se nós deixarmos, e deixarmos para discutir no futuro a questão da cobrança do ICMS, se na origem, se no destino, vamos perder o trem da história. Isso vai passar e nós vamos continuar perdendo o que perdemos desde 1988, desde que foi promulgada a nova Constituição. Já se vão 15 anos que o Estado do Paraná está perdendo este ICMS!

Então o meu pronunciamento é no sentido de, mais uma vez, pedir aos senhores deputados e também ao deputado Reni que é presidente dessa Comissão Especial de acompanhamento da reforma tributária, para que façamos este trabalho no sentido de nos envolvermos com os deputados federais, envolvermos a sociedade civil organizada, o movimento do Pró-Paraná, o governador! Não podemos continuar abrindo mão de uma receita de 500 milhões de reais por ano! Isso representa quase 150 milhões de reais por mês!

O meu pronunciamento, é no sentido de ajudar, de fazer com que o governo do Estado tenha mais recursos, que com eles nós possamos atender a área da Saúde, possamos melhorar a oferta de cursos no ensino superior, que por sinal o Paraná é o Estado que mais gasta com ensino universitário, é o Estado que, disparado, mais gasta, proporcionalmente ao seu PIB, e ao Estado de São Paulo, o Paraná gasta muito mais que São Paulo com ensino superior. Muitas vezes ficamos até surpresos com esses dados, mas na verdade a quantidade de entidades públicas de ensino universitário mantidos pelo Governo do Estado são consideráveis e atende a diversas regiões do Estado. O Estado do Paraná aplica esses recursos no ensino superior. E certamente nós teremos mais recursos.

Então, o meu pronunciamento vai nesse sentido, senhora presidente e senhoras e senhores deputados, para que unamos força, para que de mãos dadas, junto com os deputados federais, com senadores, com o governador, com a sociedade civil organizada, exijamos uma coisa que é de direito, porque isso é uma aberração da Constituição. São os únicos produtos que são tributados no destino, a energia elétrica e o petróleo, os derivados do petróleo. Quer dizer, se fosse uma prática comum, poderíamos até aceitar.

Tenho aqui a satisfação de, ao fazer esse pronunciamento, ter a presença desse ilustre e competente tributarista, deputado federal respeitado em todo o Brasil e como disse um dos guias lá do Congresso Nacional, o deputado Luiz Carlos Hauly, que está aqui presente. E que tenho certeza vai se somar, já está integrado a essa luta por esta conquista que é do Paraná!

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

No Horário da Liderança do Governo, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados.

Ontem, na inauguração, na abertura da Feira dos Supermercados do Estado do Paraná, promovida pela Apras, que é a Associação dos Supermercadistas do Estado do Paraná, que congrega todos os empresários que atuam neste setor, o governo do Estado assinou um convênio que reputo da maior importância em relação à produção agrícola do Estado do Paraná. Sabemos que grande parte da produção agropecuária, sobretudo numa região do Estado do Paraná, a região Oeste, a região Sudoeste e a região Sul, de onde o deputado Valdir Rossoni está numa das pontas, que é a cidade de Bituruna, e a deputada Luciana Rafagnin que vem lá da outra ponta que é a região de Capanema e a região de Francisco Beltrão.

A base produtiva do Estado é a base da pequena propriedade rural familiar. Acho que, diria, dos produtos hortifrutigranjeiros, daqueles que alimentam a mesa dos brasileiros, perto de 80% desses produtos são provenientes da agricultura familiar. Aqui na região de Curitiba e Região Metropolitana, nós, nesses últimos 20 anos, conseguimos fazer uma transformação muito grande. A nossa cidade, os produtos hortifrutigranjeiros, os nossos empresários tinham que buscar os nossos alimentos na Ceasa de São Paulo. Nesses 20 anos que se passaram, houve um esforço muito grande do governo do Estado e das entidades de classe da sociedade civil para reverter essa situação. Quase que 90% hoje dos produtos desta natureza que abastecem os supermercados do Estado do Paraná e da nossa Curitiba, são provenientes do cinturão verde, hoje instalado na região metropolitana da nossa cidade, fazendo com que a renda dos agricultores, de uma atividade produtiva, se consolidasse na nossa região, trazendo uma qualidade de vida, empregos e uma perspectiva de futuro para inúmeras famílias de pequenos proprietários.

Ontem o governador do Estado assinou um convênio com os supermercados do Estado do Paraná que em tese é muito simples, mas a repercussão disso na economia do nosso Estado será muito grande: todos os supermercados do Paraná, aqueles que puderem e uma grande parte das grandes redes assim o podem, vão disponibilizar um espaço fora dos caixas para que sejam instaladas gôndolas, pequenos empreendimentos para venda de produtos com base na agricultura familiar do Estado do Paraná.

Ora, um pequeno agricultor que planta pepino, que colhe laranja, enfim, que tenha alguma atividade do processamento desses produtos, um dos principais problemas para que ele não possa se desenvolver é exatamente a comercialização desses produtos, ter o acesso desses produtos ao público consumidor do nosso Estado. É muito

difícil organizar a produção e fazer com que ela saia da pequena propriedade rural e consiga ganhar o grande centro consumidor, e grande parte dessa produção é de alta qualidade, mas infelizmente, a circulação dessas mercadorias impede o desenvolvimento dessas atividades produtivas do nosso Estado.

Com este mecanismo, sem cobrar luz, água e impostos, porque vai entrar no novo programa de isenção fiscal que os supermercados e as micro e pequenas empresas também serão beneficiadas pela medida anterior feita pelo governo, do ponto de vista de trazer um novo regime jurídico-tributário para o nosso Estado, sobretudo beneficiando as micro e pequenas empresas.

O Sr. Marcos Isfer

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Na seqüência, com o maior prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Essa decisão foi tomada na semana passada pelo governador, quando recebeu a visita da associação e dos seus representantes, através do senhor Zonta, que é o presidente da Associação dos Supermercadistas do Estado do Paraná, e nesta conversa no gabinete do governador a respeito da produção e circulação de mercadorias, por sugestão do governador do Estado foi levada esta proposta para o Conselho dos Supermercados desta Associação do Estado do Paraná e em dois ou três dias, a resposta foi unânime de todos os empresários deste setor que aceitaram colaborar do ponto de vista de fazer com que o Estado do Paraná tenha um ganho de produtividade, sobretudo ajudando os micro e pequenos empresários do setor agrícola e do setor pecuário do nosso Estado, porque, quem mora aqui em Curitiba, e os deputados que não moram mas residem aqui porque têm que ficar aqui, acho que já freqüentaram as feiras que temos na nossa cidade, a do Juvevê, a da Água verde, a do Bacacheri à noite; elas se instalam durante o dia em alguns bairros da nossa cidade.

Eu posso escolher. Já experimentei a lingüiça e o salame de São João do Triunfo; escolho hoje com preferência o queijo feito na cidade de Palmeira. Enfim, há uma infinidade de produtos à nossa disposição, de boa qualidade, mas que infelizmente não têm condições para produção em escala e para colocar esses produtos em disponibilidade. Isso vai ajudar muito a pequena produção agrícola do nosso Estado.

Era essa informação que hoje eu traria aos senhores deputados.

Concedo o aparte ao deputado Marcos Isfer, mas antes, gostaria de dizer ao deputado Jocelito Canto, que

temos o maior apreço pelo seu trabalho. Foi prefeito de Ponta Grossa.

Tenho um carinho especial pela cidade de Ponta Grossa e Campos Gerais, mas o deputado Jocelito entende e sabe que pensar na Saúde no Estado do Paraná não é a gente olhar apenas para um setor, para uma determinada localidade. Temos problemas na área da Saúde como temos em diversas outras áreas no nosso Estado.

A cidade de Paranaguá reclama um hospital regional há muitos anos! Temos uma UTI muito fraquinha na Santa Casa de Misericórdia, e Paranaguá.

A região de Paranavaí também tem um problema muito grave do ponto de vista da sobrevivência da Santa Casa, que lá faz um trabalho filantrópico e dá assistência de saúde para milhares de paranaenses.

Francisco Beltrão tem uma luta antiga para a constituição de um hospital regional público.

Os problemas na área de Saúde, sobretudo nessa área de leitos, nós temos um ex-secretário da Saúde do município de Curitiba, Doutor Luciano Ducci que conhece essa realidade do ponto de vista da estrutura do sistema de saúde, dos seus próprios públicos para ofertar uma melhoria de saúde no nosso Estado. O senhor pode ter certeza. O senhor conhece o governador Requião. Está tomando conta do Estado, está restringindo os contratos superfaturados, está fazendo com que o Estado tenha condições para poder fazer investimentos e melhorar a qualidade de vida do nosso povo. O senhor tem acompanhado através da imprensa, dos debates, as medidas que o governador vem tomando e o senhor pode ter certeza que a cidade de Ponta Grossa será muito bem prestigiada pelo governo do Estado. O governador tem o maior apreço pelos Campos Gerais. Tem uma afinidade muito grande, teve todo um apoio de setores amplos da sociedade de Campos Gerais na sua eleição, mas não é por causa desse apoio, não é...

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Solicito que o senhor concluisse.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Estou concluindo.

V. Exa. sabe que o governador Requião não vai deixar de priorizar a saúde, a educação, a geração de emprego e olhar pelos pequenos, aqueles que precisam de um governo que faça o Paraná melhorar.

O senhor sabe dos compromissos do governador Requião. O senhor pode ficar tranqüilo. Assim que tiver um tempinho vai lhe receber com a maior tranqüilidade junto com o vereador, vai poder tomar um café com o senhor. Sempre lhe tratou bem.

Pode ficar tranqüilo que o senhor vai poder tomar o café com o governador, porque ele tem apreço por V. Exa. O senhor visita a casa dele na hora em que o senhor quer, o senhor sabe disso. É que no dia da passeata, infelizmente ele estava com a agenda ocupada e a gente tem

que entender que ele tem compromissos e não pode abrir mão dos seus compromissos.

Deixo aparte para o deputado Marcos Isfer.

Infelizmente o tempo já se exauriu.

Gostaria de agradecer à nossa presidente, que foi por demais condescendente com o excesso do tempo no uso da tribuna e amanhã, no horário do Pequeno ou Grande Expediente, podemos retomar o assunto que me trouxe à tribuna na tarde de hoje.

Obrigado.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Só para comunicar ao deputado Vanhoni que ontem nessa mesma assinatura foi anunciada a redução, o diferimento para todos os atacadistas do Paraná de 18 para 12% de todos os produtos vendidos dentro do Estado. É uma reivindicação muito antiga dos atacadistas, das pessoas que trabalham nessa área porque todos os produtos que vinham de fora, vinham com 12%, ao passo que os produtos que eram vendidos dentro do Estado, eram feitos com taxa de 18%, o que fazia com que se criasse uma concorrência predatória.

O governador anunciou, juntamente com essa medida que protege o pequeno e médio agricultor, também esta medida, e eu só queria reforçar que na área tributária o governador está acertando bastante.

Esperamos que ele faça o mesmo na segurança, na saúde e nas outras áreas.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Temos certeza que assim será e não é só para os atacadistas, é para as indústrias do Estado do Paraná, também a redução de 18 para 12, para promover o desenvolvimento do nosso Estado.

Obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

Na condição de presidente da CPI do Banestado, quero informar aos senhores membros, que teremos reunião pública no dia 7, tendo em vista que já recebemos um grande volume de documentos; precisamos de reunião interna e trabalho da equipe técnica.

Então, essa reunião, que seria nessa próxima quarta-feira, dia 30, fica para o dia 7. Também assim daremos tempo para que o Tribunal de Contas possa nos remeter as prestações de contas do Banestado, sobretudo do ano de 98.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 09/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, sugerindo a isenção de custos de Publicações Legais.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Indicação nº 10/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo ao Poder Executivo a criação da região turística "Caminho das Cataratas".

À Comissão de Turismo.

Indicação nº 11/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando providências para a proteção da jornalista Cristina Mattos e sua família.

À Comissão de Segurança Pública.

Projeto de lei complementar de autoria dos deputados Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 134/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que regulamenta o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 110/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que institui a Região Metropolitana de Cascavel. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 005/2003, de autoria da Comissão Executiva, que revoga a Resolução nº 020/2001, de 11 de dezembro de 2001, que fixou regras para a celebração de convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Parana-

previdência, com vistas à instituição de um Plano de Previdência para os detentores de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo Estadual. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de março de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19/06/92. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS Aprovado, artigo por artigo.**

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 725 a 730, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 732 e 765, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 733 a 735, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 736 a 739, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 740 a 742, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 743 a 746, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 748 e 749, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 750 e 751, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 752 e 753, de autoria do deputado Doutor Luciano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 754 a 758, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 760 a 762, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 764 de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 767 e 768, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 771, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, com apoio dos deputados Reni

Pereira, Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Nereu Moura e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Comunicamos a presença do secretário municipal de Nova Aurora, Reinaldo Ferreira, e os vereadores Manoel Evaristo da Silva, Marino Sassi e Rogério Petronilio, e do vice-prefeito de Atalaia, João Vilhena acompanhado de sua esposa, Sra. Dalva.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 622/2002 e 099/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
07ª REUNIÃO ORDIÁRIA
22 DE ABRIL DE 2003

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Delegado Bradock, Tadeu Veneri, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Doutor Luciano, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Durval Amaral, Jocelito Canto e mais o senhor deputado Edson Praczyk. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 648/2002, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira. O senhor deputado Hermes Fonseca requer diligência- DEFERIDO. 02) Projeto de Lei nº 163/2003 de autoria do senhor deputado Doutor Luciano. O senhor deputado Doutor Luciano, autor do projeto, solicita a retirada da matéria. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando a deputada Cida Borghetti, apresentou redação final aos projetos de Lei nºs 622/2002 e 099/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Elisa Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei Complementar nºs 134/2002 e 110/2003, em seguida a deputada Cida Borghetti apresentou a redação final aos Projetos de Resolução nºs 005 e 006/2003, que foram aprovados sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Elisa Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA - 29.04.2003
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 166/2003. Autor: deputado Her-
mas Brandão. Altera a Lei nº 13.131, de 16 de abril de

2001 que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã. **Relator: Deputado José Maria Ferreira. Designado em 10.04.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 114/2003. Autor: deputado Fernando Ribas Carli. Denomina Rodovia Manoel Palma Cano a estrada que liga o município de Alvorada do Sul, ao município de Primeiro de Maio. **Relator: deputado Marcos Isfer. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 173/2003. Autor: deputado Hermas Brandão. Estabelece compensações visando garantir a segmentos do setor agroindustrial o restabelecimento das condições de competitividade, diante de produtos importados do exterior, afetado por regimes jurídicos que prejudiquem a livre concorrência. **Relator: deputado José Maria. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 174/2003. Autor: deputada Elza Correia. Concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Nelson Maculan. **Relator: deputado Durval Amaral. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 176/2003. Autor: deputado Doutor Luciano. Estabelece o código de direitos e responsabilidades sociais dos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 188/2003. Autor: deputada Luciana Rafagnin. Dispõe sobre atendimento prioritário aos portadores de deficiência nas condições que especifica. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 189/2003 Autor: deputada Luciana Rafagnin. Dispõe sobre atendimento prioritário a idosos nas condições que especifica. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 201/2003. Autor: Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça. Altera o artigo 4º da Lei nº 12.241/98 (Composição do Conselho Diretor). **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 22.04.2003.**